

1964
VISÕES CRÍTICAS DO GOLPE



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Caio Navarro de Toledo
(organização)

1964

VISÕES CRÍTICAS DO GOLPE
Democracia e reformas no populismo

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

M589 1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo / Caio Navarro de Toledo (org.) – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

1. Militarismo – Brasil. 2. Movimentos estudantis – Brasil – 1964. 3. Movimentos sociais – Brasil. 4. Brasil – Política e governo – 1964-1985. 5. Brasil – Condições econômicas – 1964. 6. Brasil – História – Revolução – 1964. I. Caio Navarro de Toledo, 1940-.

CDD 322.50981
371.810981
303.4840981
320.981
330.981
981.062

ISBN 978-85-268-1056-3

Índices para catálogo sistemático:

1. Militarismo – Brasil	322.50981
2. Movimentos estudantis – Brasil – 1964	371.810981
3. Movimentos sociais – Brasil	303.4840981
4. Brasil – Política e governo – 1964-1985	320.981
5. Brasil – Condições econômicas – 1964	330.981
6. Brasil – História – Revolução – 1964	981.062

Copyright © by Caio Navarro de Toledo
Copyright © 2014 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1997

1ª reimpressão da 2ª edição, 2016

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728

www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

*A Ênio Silveira, Florestan Fernandes, Jacob Goren-
render, Octávio Ianni e Nelson Werneck Sodré,
intelectuais que não abdicaram de suas convicções
nos tempos sombrios da ditadura nem mercadeja-
ram suas ideias nos tempos da democracia política.*

A todos que partiram sem dizer adeus.

SUMÁRIO

<i>Nota prévia à segunda edição</i>	9
<i>Apresentação</i>	15

PARTE I — ECONOMIA

1 <i>O significado do conflito distributivo no golpe de 1964</i>	
Paul Singer.....	21
2 <i>Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964</i>	
Francisco de Oliveira.....	29

PARTE II — POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

3 <i>A democracia populista golpeada</i>	
Caio Navarro de Toledo.....	39
4 <i>Democracia & reformas: A conciliação frustrada</i>	
Argelina Cheibub Figueiredo.....	59
5 <i>Trabalhadores na crise do populismo: Utopia e reformismo</i>	
Lucília de Almeida Neves.....	69
6 <i>O movimento estudantil na conjuntura do golpe</i>	
João Roberto Martins Filho.....	93

7	<i>O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional</i>	
	Luiz Alberto Moniz Bandeira	103

PARTE III — ESQUERDAS, MILITARES:
A DERROTA SEM RESISTÊNCIA

8	<i>Era o golpe de 1964 inevitável?</i>	
	Nelson Werneck Sodré	125
9	<i>Era o golpe de 1964 inevitável?</i>	
	Jacob Gorender	133
10	<i>O colapso da resistência militar ao golpe de 1964</i>	
	João Quartim de Moraes	143

PARTE IV — TRINTA ANOS DEPOIS

11	<i>As estratégias de desenvolvimento</i>	
	Octávio Ianni	167
12	<i>O significado da ditadura militar</i>	
	Florestan Fernandes	173

PARTE V — DEPOIMENTO

13	<i>A resistência no plano da cultura</i>	
	Ênio Silveira	185

PARTE VI — APÊNDICE

	<i>Bibliografia sobre o golpe de 1964</i>	
	Patrícia Vieira Trópia	197
	<i>Colaboradores</i>	203

NOTA PRÉVIA À SEGUNDA EDIÇÃO

Decorridos 50 anos do golpe civil-militar, são minoritárias as manifestações públicas em defesa do chamado “movimento revolucionário de 31 de março de 1964”. A rigor, apenas reduzidas publicações militares (livros e revistas), alguns *sites* e *blogs* (de associações de militares da reserva e da direita civil) e obras didáticas (adotadas em escolas de formação dos subalternos das Forças Armadas) continuam afirmando que, em 1964, um “movimento revolucionário” teria salvado o país da “ameaça comunista”, livrado as instituições democráticas da “subversão e da corrupção” e criado as condições econômicas para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A reduzida audiência e a indigência intelectual dessas manifestações são notórias.

Para a profunda decepção dos ideólogos civis e militares do regime ditatorial — fato reconhecido em seus ressentidos e amargurados escritos¹ —, hoje é dominante na cultura política brasileira a compreensão de que, há 50 anos, um golpe contra a democracia vigente na época foi um infausto episódio na história do país. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio de obras qualificadas da historiografia e da ciência política, da produção cultural (literatura, cinema, teatro, música etc.), de matérias jornalísticas, filmes, novelas e minisséries de TV e de um extenso número de *sites* e *blogs* jornalísticos e culturais.

Assim, ao contrário do que ocorria durante os governos militares, atualmente, o conjunto da grande mídia brasileira — que teve papel ativo no desencadeamento do golpe e no apoio à ditadura militar — não mais comemora o 31 de março de 1964. Por sua vez, quando aludem à data, os noticiários dos grandes meios de comunicação passaram a empregar a noção crítica de “golpe militar de 1964” em substituição à apologética designação de “Revolução de 1964”. Atualmente, até mesmo o mais atuante aparelho ideológico da ditadura militar — as Organizações Globo (poderoso conglomerado de empresas reunindo jornais, revistas, rádios e TVs aberta e paga) — veicula notícias, documentários, entrevistas etc. com conteúdo crítico ao golpe e ao regime militar. Prova definitiva dessa afirmação foi um recente editorial de *O Globo* (31/8/2013) no qual o jornal admitiu publicamente que seu apoio “ao golpe de 1964 foi um erro”².

É um fato significativo também que, decorridos 50 anos, não foi produzida uma única obra cultural relevante (na historiografia, na literatura, no cinema, no teatro, na música popular etc.) justificando a ação golpista ou legitimando o regime militar de 1964. Em contraposição, existem dezenas de obras de elevada consistência artística e intelectual, em todos os campos da produção cultural brasileira, que denunciam o golpe contra a democracia e repudiam a ditadura militar.

No entanto, se é um fato auspicioso que representações de natureza democrática são hoje predominantes em nossa cultura política, não devemos nos iludir quanto à extensão dessa “vitória” ideológica e cultural; afinal, temos de convir que ainda são altamente insuficientes em nosso país o conhecimento e o debate públicos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Embora existam livros, teses acadêmicas, filmes de ficção, documentários, peças de teatro etc. que revelam o clima de terror e a sistemática violência do regime militar (censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e mortes), apenas os reduzidos setores letrados da socie-

dade brasileira têm um conhecimento razoável desses sombrios tempos de nossa história política.

Não é, pois, descabido afirmar que a democracia política vigente no país ainda não logrou ser plenamente vitoriosa posto que não enterrou, definitivamente, a ditadura militar de 1964. Além de instituições e dispositivos herdados do período militar, cujos efeitos ainda se fazem sentir sobre a atual vida social brasileira, a memória da ditadura — para significativas parcelas da sociedade brasileira — é frágil, imprecisa e lacunar.

Entendo que as entidades do campo democrático e progressista têm elevada responsabilidade pela fragilidade e inconsistência da memória social sobre a ditadura militar; afinal, desde o fim do regime militar, são raras e extemporâneas as iniciativas de partidos políticos, organizações de movimentos sociais e entidades culturais no sentido de promover um amplo e permanente debate público sobre o golpe civil-militar e os efeitos perversos do regime pós-1964. Além das vítimas do regime (que sofreram prisões e torturas) e dos familiares dos mortos e desaparecidos, quais os demais setores da sociedade civil brasileira que têm se mobilizado para denunciar os crimes e os arbítrios da ditadura militar?

Assim, na falta de mobilizações populares, na ausência de amplos debates públicos e na inexistência de centros de memória e museus públicos sobre os fatos históricos relativos à ditadura militar, têm predominado, entre nós, o silêncio e a cultura do esquecimento. (Sob esse aspecto, bem distintos do Brasil têm sido os casos da Argentina e do Chile, pois, ali, a experiência da ditadura militar ainda não cessou e continua influenciando sobre os rumos da democratização desses países.)

Embora tardiamente criada pelo governo federal, a *Comissão Nacional da Verdade*, como órgão de Estado, é um fato novo e relevante no debate político e ideológico brasileiro. Cabe saber, contudo, se a CNV e as diversas *comissões da verdade e memória* (de assembleias legislativas, câmaras de vereadores, universidades, sindicatos etc.) contribuirão efetivamente para romper, entre nós,

o silêncio e a cultura do esquecimento sobre a ditadura militar. A esse respeito, algumas questões se imporiam: a Comissão se empenhará no sentido de exigir que os arquivos das Forças Armadas e de entidades que tiveram papel importante no golpe e durante o regime militar estejam à disposição da sociedade brasileira? O relatório final da CNV será exaustivo e rigoroso a ponto de esclarecer, sem ambiguidades e hesitações, quem foram os responsáveis pelo golpe de 1964 e pela montagem e funcionamento do aparato repressivo da ditadura militar? Sem meias palavras, serão identificados os empresários nacionais (industriais, rurais, banqueiros, meios de comunicação) e multinacionais, as entidades da sociedade civil (religiosas, culturais etc.), as agências internacionais etc. que contribuíram para a derrocada do regime democrático em 1964 e financiaram os aparelhos da repressão da ditadura militar?

Enquanto perdurar a Lei da (auto)Anistia de 1979, certamente não haverá um instrumento legal para impor a punição dos crimes e arbítrios cometidos por setores das Forças Armadas que tiveram a conivência de setores da sociedade civil. Mas isso não deve implicar a omissão da CNV na apresentação detalhada e rigorosa dos graves delitos ocorridos durante os quase 21 anos de governos militares bem como na identificação dos responsáveis diretos pela morte, pela tortura e pelo desaparecimento de centenas de brasileiros e brasileiras.

Em suma, concluídos os trabalhos de pesquisa da CNV, é de indagar: apesar das pressões das cúpulas militares, que certamente existirão, o executivo federal fará uma ampla divulgação do relatório final a fim de ser este conhecido e debatido nas escolas públicas e privadas, nos sindicatos e associações de classes, nas entidades culturais, nas igrejas e, inclusive, nas escolas de formação de subalternos das Forças Armadas? O governo federal e as demais instâncias estatais (legislativas e judiciárias), bem como as organizações e os partidos democráticos e progressistas, promoverão encontros e debates públicos sobre o relatório final da CNV?

Se entendermos que a consolidação da democracia política de um país tem como um dos seus pressupostos o conhecimento da totalidade de sua história, impõe-se que a memória social da ditadura militar seja reavivada. Enquanto a sociedade brasileira não se apropriar, plena e rigorosamente, da totalidade da sua história, a democracia política no país continuará débil e precária. *O direito à memória e o direito à verdade* são cláusulas pétreas de uma sociedade que se pretende democrática.

Os textos desta coletânea — cujos autores, em sua maioria, foram testemunhas do golpe e combateram os 21 anos de arbítrio — buscam contribuir para que a memória sobre 1964 e a ditadura militar esteja viva e presente nos debates que visam ao aprofundamento da democracia política no Brasil.

Este livro é dedicado à memória dos que tombaram e desapareceram. Não hesito em afirmar que todos os que colaboraram com esta coletânea fazem suas as palavras finais do artigo de Francisco de Oliveira: “*O nosso futuro estará concluído ou estará projetado na medida em que tivermos a capacidade de resgatar a luta pela qual muitos homens, mulheres e crianças deste país morreram, deram suas vidas e seus ideais*”.

Notas

¹ Manifestação evidente do ressentimento desses escritos é encontrada nas 4.700 páginas da coletânea de 15 tomos, *1964. 31 de Março. O Movimento revolucionário e a sua história*, Editora da Biblioteca do Exército (2003), na qual — por meio de artigos e entrevistas — colaboram 214 militares e 36 civis. Com raríssimas exceções, o tom é de lamúria e revolta diante da “traição” e da “ingratidão” representadas pela derrota dos militares no plano das representações sobre 1964 e o regime militar. Nas palavras do Cel. Jarbas Passarinho, um dos mais eminentes ideólogos golpistas: “*Diz-se que a história é sempre escrita pelos vencedores. A história de 1964 foi escrita pelos derrotados*”. Na visão dos militares, os maiores responsáveis pelo atual aviltamento das Forças Armadas — denunciadas pela prática de tortura, desaparecimentos e mortes — são os professores do ensino médio e universitário, os livros didáticos, os intelectuais (“gramscianos”), artistas de

esquerda e grande mídia. Sobre esta última, vários depoimentos fazem críticas contundentes à Rede Globo, antecipando aquela feita no editorial de *O Globo*, mencionado mais adiante.

- ² Fato também significativo foi a decisão do Banco Itaú, em fevereiro de 2014, de mandar recolher todas as agendas desse ano distribuídas a seus correntistas. Isso aconteceu porque os clientes e as redes sociais protestaram contra a falsificação histórica perpetrada por essa instituição financeira quando informou na agenda que o dia 31 de março de 2014 correspondia ao “aniversário da revolução de 1964”. O reconhecimento público do “erro” não deixa de representar uma vitória dos setores democráticos, que sempre denunciaram o caráter ideológico da noção de “revolução de 1964”.

Caio Navarro de Toledo
Fevereiro de 2014

APRESENTAÇÃO

I. Na sua quase totalidade, os textos que compõem esta coletânea foram elaborados especialmente para o seminário *O Golpe de 1964: 30 anos*, realizado em março de 1994, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Durante quatro dias, pesquisadores e participantes ativos dos movimentos sociais e políticos dos anos 1960 analisaram as razões e o significado do golpe político-militar de 1964. Aspectos de economia, política, movimentos sociais e cultura foram privilegiados nessa ampla avaliação crítica da história social brasileira, decorridos então 30 anos do golpe civil-militar.

1964 — Visões críticas do golpe é uma súpula desse seminário. Por razões editoriais, nem todas as contribuições ocorridas nesse evento são aqui publicadas. No entanto, o leitor encontrará no livro valiosas análises e reflexões sobre esse tema ainda pouco elaborado pela historiografia e ciência política no Brasil. A destacar que raras vezes uma coletânea consegue reunir alguns renomados pesquisadores das ciências sociais brasileiras.

Paul Singer e Francisco de Oliveira refletem sobre os dilemas e perspectivas da economia brasileira na conjuntura de 1964. Em seus elucidativos e instigantes textos, esses dois autores, na melhor tradição da economia política crítica, examinam, para além dos impasses no plano da economia, as razões que levaram as classes

dominantes e seus representantes políticos a apelarem para o golpe de Estado, a fim de barrar o caminho das reformas sociais.

Argelina Cheibub Figueiredo e Caio Navarro de Toledo — através de perspectivas interpretativas distintas — discutem a conjuntura de 1964, privilegiando a análise do quadro político-institucional, das lutas sociais e dos conflitos ideológicos ali presentes. A derrocada da democracia política e o bloqueio das reformas são temas comuns a esses dois textos.

Lucília de Almeida Neves e João Roberto Martins Filho discutem, respectivamente, como os trabalhadores e os estudantes, por meio de suas entidades, se organizaram e se mobilizaram na luta pelas “reformas de base” e pela ampliação da democracia na conjuntura dos anos 1960.

No ensaio “O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional”, Luiz Alberto Moniz Bandeira examina o tema dentro do contexto dos sucessivos golpes ocorridos na década de 1960 na América Latina (1962, Argentina e Peru; 1963, Guatemala e Equador), destacando a presença ativa e decisiva do Departamento de Estado norte-americano em todos esses episódios político-militares.

Dois artigos levam o mesmo título: “Era o golpe de 1964 inevitável?”. Apesar do alto grau de especulação histórica contido na questão, a indagação não deixa de ter sentido do ponto de vista teórico. Esse exercício intelectual é elucidativo na medida em que exige do analista uma acurada análise da correlação de forças existente na conjuntura social e política e a utilização de um consistente arcabouço interpretativo. Dois conhecidos e respeitados historiadores brasileiros, Jacob Gorender e Nelson Werneck Sodré, discutem a provocativa e polêmica questão.

Na mesma direção, João Quartim de Moraes, em “O colapso da resistência militar ao golpe de 1964”, procede a uma documentada análise das razões que explicariam a vitória das forças conservadoras e reacionárias e o fracasso das tentativas de resistência militar, de caráter democrático, ao golpe.

Os dois últimos textos são de autoria de renomados sociólogos que têm produzido trabalhos relevantes sobre a formação social e política brasileira. Octávio Ianni, em “As estratégias de desenvolvimento”, discute os dilemas vividos pela sociedade brasileira em sua história recente. O golpe de 1964 representaria não apenas a derrota do projeto do capitalismo nacional como também das forças sociais “comprometidas com o socialismo nacional”.

Florestan Fernandes esteve impossibilitado de comparecer ao seminário. No entanto, suas adversidades pessoais não o impediram de enviar um texto em que analisa o “significado da ditadura militar” no pós-1964. Contrapondo-se às perspectivas liberais ou de progressistas, que admitiriam a consolidação da democracia no país, afirma Florestan Fernandes que a “ditadura, como constelação social de um bloco histórico de estratos militares e civis”, ainda não teria se dissolvido no Brasil dos anos 1990.

O livro conclui com um inteligente e instigante depoimento. Ênio Silveira relata sua rica e estimulante experiência como editor ao enfrentar, com criatividade e coragem, a censura e a repressão obscurantistas instaladas no país com a ditadura militar.

Na forma de apêndice, publica-se um sucinto levantamento bibliográfico sobre o assunto, de autoria de Patrícia Vieira Trópia, pesquisadora na área da ciência política.

1964 — Visões críticas do golpe é dedicado a cinco colaboradores deste livro, falecidos em anos recentes: Ênio Silveira, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré e Octávio Ianni.

II. A realização do seminário apenas se tornou possível em virtude do trabalho e do apoio de docentes e funcionários da Unicamp e de outras instituições.

Uma comissão composta de professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — dirigida à época pelo professor João Quartim de Moraes — foi responsável pela organização do se-

minário. Ricardo Maranhão, Décio Saes, Élide Rugai Bastos, Fernando Lourenço, Jorge Miglioli e Marco Aurélio Garcia, professores do IFCH, colaboraram com a comissão organizadora do evento.

Com seu eficiente trabalho à frente da Secretaria de Eventos do IFCH, Sueli Borges Costa teve uma atuação decisiva na preparação e na realização do seminário que, além de acadêmicos e intelectuais, contou com a presença de atores, cineastas e músicos brasileiros.

Na transcrição das fitas gravadas e no trabalho de preparação dos textos, contamos com a colaboração das pesquisadoras Luíza Duarte do Pateo e Maria Aparecida Rago.

A realização do seminário apenas foi possível graças à ajuda financeira da Fapesp e do CNPq. Igualmente somos gratos ao apoio do então Faep da Universidade Estadual de Campinas, cujo reitor à época era o professor Carlos Vogt.

Caio Navarro de Toledo
Organizador

PARTE I
Economia

